

# Racismo ambiental: um estudo de caso na turma da EJA da Escola Estadual do Campo São José, no Distrito de Água Fria (MT)

*Elisangela Maria de Amorim*<sup>1</sup>  
*Edson Gomes Evangelista*<sup>2</sup>  
*Ronaldo Eustáquio F. Senra*<sup>3</sup>  
Instituto Federal de Mato Grosso

**Resumo:** O objetivo deste estudo foi compreender a percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) dos anos iniciais sobre racismo ambiental. O estudo foi realizado entre os anos de 2019 e 2020, na Escola Estadual do Campo São José, localizada no Distrito de Água Fria, município de Chapada dos Guimarães (MT). Situados no recorte da pesquisa de mestrado que buscou compreender as percepções dos alunos da EJA sobre educação e racismo ambiental, através da pesquisa qualitativa, tipo estudo de caso, com entrevista não estruturada, análise documental e devido o advento da pandemia Covid-19, foi aplicado questionário aberto com nove questões com perguntas abertas e também transcrição de áudios. Foi privilegiado a produção do grupo Modernidade-Colonialidade, pelo seu potencial crítico para discurso das relações entre a educação e o racismo ambiental.

**Palavras-chave:** racismo ambiental; educação de jovens e adultos; modernidade-colonialidade.

AMORIM, Elisangela M.; EVANGELISTA, Edson G.; SENRA, Ronaldo E. F. **Racismo ambiental: um estudo de caso na turma da EJA da Escola Estadual do Campo São José, no Distrito de Água Fria (MT).** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 8 (18): 119-130, setembro a dezembro de 2021. ISSN: 2358-5587

<sup>1</sup> Mestra em Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Tem especialização em Formação Docente Para Educação de Jovens e Adultos (Proeja/IFMT, 2018). Possui graduação em História (licenciatura e bacharelado pela Universidade Federal de Mato Grosso (2010) e graduação em Economia (bacharelado) também pela UFMT (2000).

<sup>2</sup> Doutor em Educação (UFMT/2017). Mestrado em Educação (UFMT/2011). Graduado em Língua Espanhola, Língua Portuguesa e Respektivas Literaturas (2010) e em Pedagogia (UFMT/2000). Professor de Língua Portuguesa e Língua Espanhola no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Campus Bela Vista.

<sup>3</sup> Doutor e mestre em Educação pela UFMT (2009 e 2014). Possui graduação em pedagogia pela UFMT (2007). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGen-IFMT). Realizou pós-doutorado com bolsa PNPd/CAPES, na linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

## **Environmental racism: a case study in the EJA Class of the Campo São José State School, Água Fria District (MT)**

**Abstract:** The objective of this study was to understand the perception of students from the Youth and Adult Education (EJA) of the early years about environmental racism. The study was carried out between the years 2019 and 2020, at x Campo São José State School, located in the Água Fria District, municipality of Chapada dos Guimarães (MT). Situated in the scope of the master's research that sought to understand the perceptions of EJA students about education and environmental racism, through qualitative research, case study type, with unstructured interview, document analysis and due to the advent of the Covid-19 pandemic, it was An open questionnaire was applied with nine questions with open questions and also audio transcription. The production of the Modernity-Coloniality group was privileged, due to its critical potential for the discourse of the relationship between education and environmental racism.

**Keywords:** environmental racism; youth and adult education; modernity-coloniality.

## **Racismo Ambiental: un estudio de caso en la clase EJA de la Escuela Estadual Campo São José, Distrito Água Fria (MT)**

**Resumen:** El objetivo de este estudio fue comprender la percepción de los estudiantes de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) de los primeros años sobre el racismo ambiental. El estudio se realizó entre los años 2019 y 2020, en la Escola Estadual do Campo São José, ubicada en el Distrito Água Fria, municipio de Chapada dos Guimarães (MT). Situada en el ámbito de la investigación de maestría que buscó comprender las percepciones de los estudiantes de la EJA sobre la educación y el racismo ambiental, a través de una investigación cualitativa, tipo estudio de caso, con entrevista no estructurada, análisis de documentos y debido al advenimiento de la pandemia del Covid-19, se aplicó un cuestionario abierto de nueve preguntas con preguntas abiertas y además transcripción de audio. Se privilegió la producción del grupo Modernidad-Colonialidad, por su potencial crítico para el discurso de la relación entre educación y racismo ambiental.

**Palabras clave:** racismo ambiental; educación de jóvenes y adultos; modernidad-colonialidad.

A proposição desta temática está ligada às minhas atividades<sup>4</sup> enquanto pesquisadora, a partir de discussões que estão sendo realizadas no Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Educação Campesina (GEAC) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (PPGEn/IFMT), no Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Quilombola (GEPEQ/UFMT) e no Núcleo de Antropologia e Saberes Plurais (NAPlus). Esses estudos colaboram, direcionam e orientam práticas escolares e principalmente procuram a valorização da identidade, tradições e os costumes de povos que foram, por muitos anos, invisibilizados. Entendo a importância que a escola tem em buscar pela memória coletiva da comunidade, suas especificidades, práticas culturais, formas de produção do trabalho, questões ambientais e climáticas, festejos e demais elementos que compreendem o patrimônio cultural das comunidades quilombolas.

Nessa perspectiva, foram trabalhadas temáticas da educação e racismo ambiental, em uma turma da EJA do 1º e 2º segmentos do ensino fundamental, tendo em sua maioria mulheres, negros e quilombolas remanescentes, com faixa etária entre 38 e 84 anos, que vivem em sua maioria da agricultura familiar (principalmente com plantação de mandioca e hortaliças). A escola é *do e no campo* e atende comunidades quilombolas e está localizada no distrito de Água Fria, que fica aproximadamente a 40 quilômetros do centro do município de Chapada dos Guimarães (MT) e a 95,7 quilômetros da capital, Cuiabá.

## Sujeitos da EJA da Escola Estadual do Campo São José

Nesta pesquisa os sujeitos da EJA, são em sua maioria pequenos produtores, participaram deste trabalho cinco alunos e a professora da turma da EJA 1º e 2º segmentos (séries iniciais). São moradores de três comunidades diferentes: a do centro Distrito de Água Fria, onde está localizada a sede da Escola Estadual do Campo São José, a comunidade Campestre e a comunidade Barra do Bom Jardim.

Desde o início da primeira metade do século XX, a região é habitada por descendentes dos garimpeiros de diamante que se instalaram nessas comunidades. Segundo Bertier (2020), o distrito também foi povoado por indígenas, negros e nordestinos que formaram a população local. A comunidade também sofreu e sofre impacto negativo com o alagamento da usina hidrelétrica do Manso. Em conversa informal, alguns moradores afirmam que “contribuiu com a perda das tradições de interação entre comunidade e ambiente”. Para eles ficou evidente que o lago estragou a terra, além da questão do abastecimento que se tornou irregular e do desaparecimento de diversas espécies de peixes.

A comunidade de Campestre, segundo o aluno João, morador, e também a professora Sônia Regina Lourenço, antropóloga da UFMT, é composta por pou-

<sup>4</sup> Quando o texto apresentar a grafia na primeira pessoa, refere-se à primeira autora deste artigo.

cas famílias, pois muitas delas abandonaram suas terras, por serem improduti-vas. Corroborar com a fala do aluno, que trabalha em uma fazenda porque em sua terra não produz, caracterização do racismo ambiental. Segundo ela:

*Campestre é uma localidade. Antes da Usina de Manso, havia mais famílias ali. Depois do ano 2000, com o funcionamento da UHE de Manso, as famílias perderam as terras de ocupação histórica e tradicional. Receberam alguns hectares de terras, alguns doía, outros 10, com Termo de Posse do Intermat. Mas são terras com areia e pedra, ruins para a produção de roças. Muitas famílias abandonaram as casas. Vi muitas fechadas. E foram embora para Cuiabá, Várzea Grande e outros lugares. A água do lago de Manso é imprópria para o consumo. Eles buscam água em outros lugares, como água por gravidade, usam canos e bombas próprias para captação de água de cachoeiras e rios. As famílias estão associadas na Associação Quilombola Morro do Cambambi. (Sonia Lourenço, em 23 de janeiro de 2021)*

Já a comunidade da Barra do Bom Jardim é composta por aproximadamente vinte residências, segundo a professora. A região é banhada pelo Lago de Manso. Como os próprios alunos falaram, em nosso primeiro encontro, há práticas agroecológicas nesse local. Em minhas idas a campo, observei que são comunidades que apresentam características típicas do meio rural, como povoados isolados, estradas de terras, paisagens rústicas, armazéns de beira de estrada, com festas de santos, entre outros. Mas que são marcados também por impactos socioambientais e de saúde pública.

Acselrad (2009: 77) chama o disposto acima de “fenômeno de imposição desproporcional”, uma situação de racismo ambiental. Ainda segundo o autor, esse conceito surgiu também pela percepção de que depósitos de lixo químicos, incineradores, estações de tratamento de esgoto, indústrias altamente poluidoras, foram instalados de forma desproporcional em áreas habitadas por comunidades negras ou de baixa renda, que viviam em condições inadequadas de saneamento. A partir desse cenário, surge a expressão *racismo ambiental* para designar a imposição desproporcional intencional ou não de rejeitos perigosos às “comunidades de cor” (ACSELRAD, 2002: 53).

Este é um assunto contemporâneo, que faz alerta em relação às situações pelas quais muito indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros vulnerabilizados vivem. Isso porque é tão evidente quem são os injustiçados e quem são os privilegiados quando há disputas de territórios e em torno dos direitos socioambientais. Como coloca Tania Pacheco (2006), “ninguém decide fazer um lixão em Ipanema ou Copacabana. A decisão de onde jogar o lixo está ligada à imagem que se tem da população em que você joga o lixo”, em entrevista ao blog Combate ao Racismo Ambiental em março de 2007<sup>5</sup>. São alocados deliberadamente, pela incapacidade de enfrentamento político e social.

## **Racismo ambiental: percepção dos alunos da EJA**

Autores como Tania Pacheco (2006), Selene Herculano (2008), Acselrad (2002), Michele Sato e Ronaldo Senra (2009) vêm ao longo dos últimos anos trabalhando com essa temática importante para manutenção de condição mínima de existência dos humanos, que é a questão socioambiental e consequentemente a questão do racismo ambiental, também por meio de lutas pela proteção irrestrita da natureza e seus recursos.

<sup>5</sup> <https://racismoambiental.net.br/2017/03/14/o-que-e-racismo-ambiental/>

Conceitua-se por racismo ambiental “o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis” (HERCULANO, 2008: 2). A discriminação ambiental, portanto, seria o tratamento diferenciado que certo grupo ou comunidade com base na raça, classe, ou outra característica distintiva, que eles recebem.

Segundo Pacheco (2006: 41) “mesmo quando não recebem rótulos” ainda assim que são, para ela, muitas vezes tratados como não cidadãos (não humanizados) e que são vistos como entraves ao “desenvolvimento econômico”. A verdade é que quem sofre todo impacto de um lixão, da construção de barragens, dos latifúndios, das especulações imobiliária são os grupos vulnerabilizados como os quilombolas, os ribeirinhos, os camponeses e os indígenas.

Nessa condição, dão voz e legalidade a atitudes capitalistas. Fanon (2005: 67-8) diz que “O opressor (...) faz existir o movimento de dominação, de exploração, de pilhagem (...) criam em torno do explorado uma atmosfera de submissão e inibição, que o torna consideravelmente mais leve”. Sobre isso, Quijano (2013: 52) diz que:

umas das ideias/imagens mais características do Eurocentrismo, em qualquer de suas vertentes: a “exploração da natureza” como algo que não requer justificção alguma e que se expressa cabalmente na ética produtiva engendrada junto com a “revolução industrial”. Não é difícil perceber a inerente presença da ideia de “raça” como parte da “natureza”, como explicação e justificção da exploração das “raças inferiores”.

O autor está afirmando que a partir do que ele chama de “mistificação metafísica” das relações humanas que os dominantes “na colonialidade de poder” impõem sua hegemonia de exploração sobre os outros, uma “conduta predatória sobre os demais elementos existentes neste planeta” (QUIJANO, 2013: 53). Ele chama atenção para que tomemos consciência ou que sejamos sensíveis e que comecemos a resistir a essas tendências destrutivas, dominadoras e exploradoras que segundo ele “termina(m) colocando em risco não somente a sobrevivência da espécie inteira do planeta, senão a continuidade e a reprodução das condições de vida, de toda vida, na terra”.

É preciso tornar visível os invisibilizados, os sem importância das cidades, dos sertões, dos cerrados e das florestas que “são naturalmente inferiores” (visão do colonizador). Essa contemporaneidade persiste devido ao fato de que essa é a lógica da colonialidade e ela permanece do mesmo jeito, solidificada. Em algumas conversas que tive com os alunos da EJA, ainda que não tenham o conhecimento de conceitos como racismo ambiental, há a sensibilidade de que algo está diferente, como ficou claro nas conversas que tive com eles. O Sr. José, aluno de 77 anos, morador da comunidade Barra do Bom Jardim disse que:

*Meus pais nasceram em terras que nem existem mais... tá tudo debaixo da água, e nós tivemos que nos ajeitar em outro lugar para sobreviver. Eles estão nos espremendo.*

São duas questões levantadas pelo aluno. A primeira fazendo menção ao Lago de Manso e a segunda falando da questão das fazendas de pecuária e, recentemente, as de monoculturas. A percepção ambiental ou a percepção de racismo ambiental, segundo Macedo (2000), tem como ponto crucial as diversas maneiras sensitivas por meio das quais os seres humanos captam, percebem e sensibilizam diante de suas realidades. Senra (2009: 95), em sua pesquisa traz essa percepção de quilombolas da Comunidade de Mata Cavallo, “moradores quilombolas

fazem muitas denúncias revelando que o documento da doação da terra foi queimado por fazendeiros que os expulsam do local, destroem roças e toda criação que possam servir de subsistência”. Isso é importante porque primeiro fortalece a ideia de que as comunidades têm essa percepção e, depois, por entender que a investigação sobre a percepção do racismo ambiental tem como princípio o local que vivem.

Isso só demonstra que, de fato, quando se trata de comunidades ou povos tradicionais o seu poder de decisão sobre seu próprio território é enfraquecido e até mesmo anulado, o que favorece as implantações de atividades capitalistas, que acabam impactando negativamente a vida e o ambiente onde vivem esses povos, que acabam sendo expulsos de suas terras.

Em novembro de 2019, num domingo, participei de uma reunião da Associação Remanescente de Quilombo Morro do Cambambi. A reunião foi em frente do bar do Gilmar, morador de Água Fria. O bar fica na avenida principal do distrito. Estavam presentes na reunião o presidente Sr. Antero (Seu Teco da comunidade de Pingador), a professora Zulma que faz parte da Associação, representantes das comunidades de João Carro (um deles coordenador da Escola Estadual do Campo São José na sala anexa), Pedra Preta, Cachoeira do Bom Jardim e Morro do Bom Jardim, além das pesquisadoras Flávia Bartier (GPEA) e Raquel Ramos (GPEA/GEAC). Na oportunidade, apresentamos nossa pesquisa para os associados presentes. Durante a reunião, observei o movimento de algumas caminhonetes que passavam bem devagar. Segundo Seu Teco eram os fazendeiros: “*eles sabem que estão em nossas terras e vão ter que devolver tudo para nós, o povo preto*”, fazendo referência ao processo de titulação que reivindicam junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA/MT.

Na oportunidade, foi perguntado ao Seu Teco sobre o processo deles, fazendo referência ao andamento do laudo antropológico, que está sendo elaborado pelo INCRA, com o objetivo de fundamentar o processo de titulação dos territórios por eles reivindicados. O seu Teco, ao nos apresentar aos membros da associação, disse que via nosso trabalho “*como força no processo de titulação*”. Alguns esboçaram alegria, e nos agradeceram como se fossemos uma luz no fim do túnel. Mas o que ficou perceptível foi a passagem constante de fazendeiros, quase que em “câmera lenta”. A fala tensa do Seu Teco e a inquietação de alguns associados, evidenciando uma tensão social e os conflitos territoriais.

Essa questão também é vivenciada na comunidade quilombola de Itambé, no mesmo município. Santos (2018: 106) em sua dissertação diz que:

as situações vivenciadas pelos moradores de Itambé, vez que as narrativas do moradores evidenciam que a negação do pertencimento quilombola, ampara-se no fato de que os fazendeiros da região sempre difundiram uma versão bastante negativa do povo negro e quilombola. De acordo com o resultado das entrevistas, os fazendeiros passaram a justificar suas investidas sobre as terras do grupo, utilizando-se de estigmas e ações racistas e preconceituosas de cunho étnico e racial.

Fica evidente que as comunidades de remanescentes quilombolas, que estão na luta por titulação de terras, vivem conflitos com os proprietários de latifúndios locais, que usam, como estratégia, a violência psicológica com o intuito de desqualificar e deslegitimar essas comunidades. Pontual (2019: 162) acredita que “a presença da educação nos territórios pode contribuir não só para práticas de diagnóstico participativo, mas também para o aprimoramento das formas de diálogo, mediação e resolução pacífica e democrática de conflitos”.

Herculano (2013: 7) afirma que “os conflitos sociais, apesar de variados, se concentram na disputa de territórios e de modos de vida, atitudes e valores, conflitos ambientais também”. Não devemos esquecer que existem/resistem diferentes identidades assim como diversos modos de vida com diferentes significações dos territórios. Há conflitos entre essas significações, porém são exatamente essas significações que fortalecem, não só no sentido de autoidentificação ou autodefinição, as atuais lutas/resistências contra as injustiças socioambientais que vem ocorrendo em diversos territórios. Injustiça ambiental aqui compreendida como a forma desproporcional que os danos ambientais recaem sobre grupos minoritários (ACSELRAD, 2004; MARTINEZ-ALIER, 2007).

Neste sentido, o estudo da percepção ambiental revela-se de grande importância para melhor compreensão das relações entre o humano e o ambiente. No primeiro contato, informal, com estudantes da EJA, moradores de algumas comunidades quilombolas, foi possível observar que eles sabem o quanto o uso de agrotóxico para o ambiente e para saúde deles é muito prejudicial. Em relação a isso, em março de 2020, pouco antes da suspensão das aulas, tive a oportunidade de visitar uma comunidade quilombola do município de Chapada, que por coincidência era a casa da tia de um aluno da EJA. As imagens abaixo retratam exatamente o que a autora destaca.

Na figura 1, o lado esquerdo é o quilombo e do lado direito é a plantação de soja. Na figura 2 temos a casa de uma família quilombola e em frente à plantação de soja. A quilombola, moradora<sup>6</sup> da casa que aparece na imagem 2, diz que às vezes “*os aviões passam bem baixo e esparravam o cheiro muito forte, que fica dias ali*”. Diz também que estão aparecendo “*umas coisas em sua pele*”, que não sabe explicar o porquê, mas vem do veneno que é derramado ali. O uso de agrotóxicos nas lavouras de monoculturas não é apenas uma ameaça aos recursos naturais é também uma ameaça à saúde humana, tornando insustentável ambientalmente.

**Figura 1** – Comunidade quilombola e fazenda. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2020)



<sup>6</sup> Considerei apenas como quilombola, ainda que ela tenha plena consciência da nossa pesquisa, optei pelo não do uso do nome e nem da imagem da senhora, que tem 74 anos e nos recebeu em março de 2020, em uma visita informal.

**Figura 2** – Casa de uma quilombola. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora (2020)



Outra experiência vivenciada pelos alunos da EJA, moradores dessas comunidades que fazem parte deste trabalho, foi com a instalação da Usina Hidrelétrica de Manso. É importante destacar o que eles pensam a respeito dessa instalação:

*O lago de Manso trouxe coisas ruim para o homem, porque eles tiraram da beira do rio os pequenos produtores lá eles tinham a roça deles. Meu pai roçava mais não acabava com a mata, ele roçava palhada nascia tudo de novo. E tudo bicho tinha o que comer... se alimentar né! Manso fez mal para as pessoas e para os animais também. Tiraram as pessoas da beira do rio. Nós éramos tudo sadio porque comia peixe, não tem mais peixe lá; agora é só de tanque né tudo envenenado.*

*Os macacos, por exemplo, eles procuram comida né. Eu falo com eles pois são meus amigos, o lago de Manso acabou com sua floresta que você tinha um monte de comida de alimento, tinha tanto mato como a comida. Eles não vinham mexer com sua planta. Tem lugar aí que os macacos vão comer ovos, dizem que está pegando até pintinho e comendo! Então o que que é isso? É a fome... a fome dói né!*

*Eles ficam assoviando aí, me dá uma dó é de fome que estão assoviando. Daí falo é hora de o governo mandar uma cesta básica só de frutas, risos, e pendurar aí nos galhos do parque... eles ficam olhando. Você sabe que eles entendem... ficam olhando a gente falar. (Antônia, 52 anos, Barra do Bom Jardim, entrevista realizada em abril de 2021)*

### E João da comunidade de Campestre:

*Só para você ver.... você andava na beira desse lago aqui, antes de ser lago só o rio era aquela mata. Você entrava lá sentia outro ar, respirava um ar mais gostoso mais leve. Agora você vai lá e respira aquele ar quente, não respira aquele ar fresco. Esse Lago aí só veio para acabar com a natureza, muitas pessoas gostam para fazer farra... eu não! Eu gostaria que voltasse a ser como era antes só o rio mesmo. Outra coisa só para você ter uma ideia ao redor do lago é possível ver alguns galhos de mangueira que estão morrendo, isso significa que tinha um pé de mangueira ali e com certeza morava uma família nesse local. Você vê onde é a cabeceira da água. Tem alicerce de casa ali, agora está tudo debaixo d'água. (João, 50 anos, Campestre, entrevista realizada em abril de 2021)*

e o quanto a mata ciliar é de extrema importância principalmente para os diversos animais. Segundo o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, a usina de Manso tem um reservatório que ocupa uma área de quase 47 mil hectares. E seu enchimento provocou o deslocamento de comunidades que residiam lá. Ainda segundo o MAB (2004), pequenos produtores, pescadores e extrativistas tiveram que “da noite para o dia” sair de seus territórios. Além disso, falam também que a usina destruiu parte dos ecossistemas locais provocando impactos sobre essas populações.

Outro ponto, característico do racismo ambiental, é que muitas famílias não foram corretamente indenizadas. Segundo levantamento realizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), “das cerca de 1.070 famílias atingidas pelo empreendimento, pouco mais de 400 foram indenizadas”. De acordo com Vasconcelos (2005):

Após a construção da Barragem de Manso, a vida dos pequenos produtores familiares foi modificada profundamente, tornando difícil a sua sobrevivência. Antes, viviam do extrativismo e da agricultura de subsistência, hoje resiste apenas à agricultura e mesmo assim não garante o sustento. Situação que só não está mais complicada porque alguns trabalhadores são aposentados e as famílias recebem ajuda da empresa responsável pela hidrelétrica que, se acabar definitivamente, como eles mesmos dizem, “a situação ficará ainda pior”. (VASCONCELOS *et al.*, 2005: 18)

Em conversa informal, os alunos relataram que seus familiares foram praticamente “*expulsos e transferidos para terrenos inférteis*”, inviabilizando a agricultura de subsistências. Disseram também que alguns foram assentados, mas que muitas famílias foram separadas. Outros vieram tentar a vida na capital do estado, Cuiabá, e que buscavam na escola uma oportunidade de melhoria de vida. Essa questão também foi relatada por Lourenço (2019: 313-7):

Antes da apropriação do território tradicional por seus antagonistas, homens e mulheres pescavam nos rios Lagoinha, Quilombo, Acorá, Rio da Casca e Cachoeira Rica, rios piscosos de pintado, piraputanga, pacu e dourado. A pesca foi uma importante fonte de alimentos para as comunidades quilombolas até meados dos anos de 1970 e 1980 quando tiveram a invasão dos territórios com a grilagem de terras e a construção da Usina de Manso por Furnas e Eletrobrás, em 1999 e 2000, alterando os cursos das águas de todo a região de Chapada dos Guimarães. (...) O tempo da “vida farta” vivida nas terras de uso comum contrasta com o tempo da violência a que foram expulsos de suas terras por fazendeiros que chegavam “de fora” e no final dos anos 1990, foram desterritorializados com a construção da Usina de Manso. (...) falam de processos de violência e do modo como foram expropriados de suas terras ao receberem porções de guaraná, fumo e açúcar, “em troca de terras”, impostas por “gente de fora”, homens vindos de São Paulo, Bahia e Paraná que se tornaram com a apropriação das terras destes coletivos negros, “grandes proprietários rurais”, os agentes do agronegócio no centro-oeste brasileiro.

Certamente, o verdadeiro cenário de uma imposição desumana e desigual “*enfiada goela abaixo*” pelo processo de acumulação de capital e do que chamam os colonizadores de “crescimento econômico”. A percepção que temos desses impactos socioambientais, experimentado e vivenciados por esses alunos da EJA, reflete também na questão da autoidentificação, como foi colocado muitos não se reconhecem como quilombolas. Há muitas oralidades submersas no Lago de Manso. Césaire (2020: 23) explica isso com maestria ao dizer que:

Da minha parte, se evoquei alguns detalhes dessas horrendas carnificinas, não foi por algum deleite melancólico, foi porque acho que não nos livraremos tão facilmente dessas cabeças de homens, dessas colheitas de orelhas, dessas casas queimadas, dessas invasões góticas, desse sangue fumegante, dessas cidades que se evaporam na ponta da espada. Elas provam que a colonização, repito, desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial, o empreendimento colonial, a conquistista colonial fundada

no desprezo pelo homem nativo e justificada por esse desprezo, inevitavelmente, tende a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizador, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar-se para tratá-lo como um animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio, em animal. É essa ação, esse choque em troca da colonização, que é importante assinalar.

O que observamos é que tal modelo de “desenvolvimento” empregado pelo colonizador (temos em Mato Grosso o processo de neocolonialismo ou colonização interna) no campo tem provocado intensos impactos ambientais e numerosos conflitos, até mesmo violentos. O fato é que o agronegócio, apoiado por uma ciência favorável aos interesses econômicos hegemônicos, não só contribui para o silenciamento como também para a morte de saberes outros, que sempre caminharam juntos na relação entre camponeses e a natureza. Como afirma Almeida (2020: 72): “O incremento das técnicas de exploração econômica é acompanhado de uma evolução das técnicas de violência e opressão, dentre as quais, o racismo”. E completa Fanon (1980: 39):

A evolução das técnicas de produção, a industrialização, aliás, limitada, dos países escravizados, a existência cada vez mais necessária de colaboradores impõem ao ocupante uma nova atitude. A complexidade dos meios de produção, a evolução das relações econômicas, que, quer se queira quer não, arrasta consigo o das ideologias e desequilibra o sistema. O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo, das formas de racismo.

É urgente, o giro decolonial, no sentido do fortalecimento da dimensão epistemológica das práticas agroecológicas, com a valorização das práticas e saberes dos camponeses, agricultores familiares e das comunidades tradicionais de modo geral. Segundo Buck-Morss (2011: 132), “o paradoxo entre o discurso da liberdade e a prática da escravidão marcou a ascensão de uma série de nações ocidentais no interior da nascente economia global moderna”. Voltando para o Brasil, temos aí o colonialismo interno e o racismo estrutural, epistêmico, institucional e ambiental, que reflete a política do capitalismo, através do agronegócio, descaracterizando as populações camponesas e quilombolas, tornando-as simples reprodutores do capital sem dignidade, direitos e cidadania.

## Considerações

Nesta pesquisa, foi possível perceber as concepções desses sujeitos, tanto em relação à educação quanto ao racismo ambiental: são trabalhadores com conhecimento de vida, pessoas simples, com anseio de buscar o que não têm em casa. Mesmo que a pandemia tenha trazido à tona suas vulnerabilidades, há resistência e desejo de continuar. Mesmo percebendo as mudanças de suas paisagens, o que vem aumentando com a diminuição da vegetação e do ciclo das chuvas, resistem.

Também compreendem a importância da produção local como forma de resistência a esse sistema destruidor. Eles desejam adquirir novos conhecimentos e trazem na bagagem conhecimento de vida, conhecimento empírico, e assim fica a certeza de que o conhecimento válido não é somente o conhecimento científico como neutro e universal (colonialidade do saber). Esses alunos da EJA das comunidades de Campestre, da Barra do Bom Jardim e de Água Fria possuem maneiras de viver no campo, e são capazes de refletir sobre o seu contexto sociambiental e, com isso, evidenciar a questão da terra.

Por isso, o campo deve ser valorizado, de saberes e conhecimentos variados, lugar de emancipação humana e libertação das pessoas, da cidadania, da dignidade, do respeito, da igualdade e justiça sociambiental.

Recebido em 20 de outubro de 2021.

Aprovado em 20 de dezembro de 2021.

## Referências

ABREU, Ivy de Souza. *A vulnerabilidade e o racismo ambiental no Brasil: uma análise a partir da perspectiva biopolítica Foucaultiana*. Tese (Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais). Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais, Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2018.

ACSELRAD, Henri. “Environmentalism and environmental conflicts in Brazil”. In: *Conference Social Movements In The South*. Cambridge: Kennedy School of Government, Harvard University, 2002.

ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas* (2. ed.). Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra (Sueli Carneiro), 2020. 264p.

BERTIER, Flavia Lopes. *Devaneios da Fogueira: Os saberes populares associados ao fogo atizam diálogos de Educação Ambiental sobre incêndios florestais, crise climática e Bem Viver*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMT, Cuiabá, 2020

BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. *Novos estudos CEBRAP*, 90: 131-171, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

COSTA, Deane Monteiro Vieira; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. “A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e a atuação de Lourenço filho (1947-1950): a arte da guerra”. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010 [1961].

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em saúde do trabalho e meio ambiente*, 3 (1), 2008.

HERCULANO, Selene. “Conflitos e Natureza” (Prefácio). In: ALVES DA SILVA, Tarcísio Augusto; GEHLEN, Vitória Regia Fernandes (orgs.). *Conflitos socioambientais em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 2013. pp. 7-11.

LOURENÇO, Sonia Regina. Encontros e Comensalidade nos Quilombos: O Devir Quilombo. *Illuminuras*, 20 (51): 298-332, 2019.

MARTÍNEZ ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Trad. Mauricio Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

PACHECO, Tânia (2006). Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. *I Seminário Cearense contra o Racismo ambiental*. Fortaleza (mimeo).

PONTUAL, Pedro de Carvalho. “Educação Popular e participação social: desafios e propostas para hoje”. In: CÁSSIO, Fernando; *et al.* (org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar* São Paulo: Boitempo, 2019. pp. 159-164

QUIJANO, Anibal. “Bem Viver”: Entre o “Desenvolvimento” e a “des/Colonialidade” do Poder. *Revista da Faculdade de Direito (UFG)*, 37 (1): 46-57, 2013.

SANTOS, Silvana Alves dos. *Saberes e Fazeres dos Professores da área de linguagem, códigos e suas tecnologias, em uma escola do quilombo Itambé/MT*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2018.

SENRA, José Eustáqui Feitoza. *Por uma contrapedagogia libertadora no ambiente do Quilombo Mata Cavalu*. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar*. 15<sup>a</sup> ed. São Paulo: Libertad, 2005.